



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM ÊNFASE EM
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO

CAROLINA SOUTO DOS SANTOS

ECONOMIA SOLIDÁRIA: PERCEPÇÕES DOS
ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Cuité – PB
2017

CAROLINA SOUTO DOS SANTOS

**ECONOMIA SOLIDÁRIA: PERCEPÇÕES DOS
ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Educações de Jovens e Adultos com Ênfase em
Economia Solidária no Semiárido Paraibano, como pré-
requisito para a obtenção do título de especialista.

Orientador: Prof. Dr. José Justino Filho

Cuité – PB
2017



Biblioteca Setorial do CES.

Julho de 2021.

Cuité - PB

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Responsabilidade Jesiel Ferreira Gomes – CRB 15 – 256

S237u Santos, Carolina Souto dos.

Economia solidária: percepções dos estudantes da
Educação de Jovens e Adultos. / Carolina Souto dos Santos.
– Cuité: CES, 2017.

38 fl.

Monografia (Especialização em educação de jovens e
adultos com ênfase em economia solidária no semiárido
paraibano) – Centro de Educação e Saúde / UFCEG, 2017.

Orientador: Dr. José Justino Filho.

1. Educação de jovens e adultos. 2. Economia solidária. 3.
Educação e Trabalho. I. Título.

Biblioteca do CES - UFCEG

CDU 374.7

CAROLINA SOUTO DOS SANTOS

**ECONOMIA SOLIDÁRIA: PERCEPCOES DOS
ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educações de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, como pré-requisito para a obtenção do título de especialista.

Aprovada em 25 de MAIO de 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Justino Filho
(Orientador – UFCG/CES/UAE)

Profª. Drª. Cláudia Patrícia Fernandes dos Santos
(Titular Interno – UFCG/CES/UAE)

Profª. Drª. Leticia Carpolingua Giesta
(Titular Interno – UFCG/CES/UA)

UFCG/BIBLIOTECA

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	06
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	08
2.1. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA).....	08
2.2. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO FORMA DE AMPLIAÇÃO DE OPORTUNIDADES.....	13
2.3. A CRESCENTE PRODUÇÃO DE DESEMPREGO E CAPITALISMO.....	14
2.4. ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA.....	15
2.5. ECONOMIA SOLIDÁRIA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	16
3. METODOLOGIA.....	18
3.1. CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO.....	18
3.2. COLETA DE DADOS.....	19
3.3. TÉCNICA ANÁLISE DOS DADOS.....	20
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	22
4.1. PERFIL SOCIOECONOMICO.....	22
4.2. ATUAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO.....	26
4.3. PERCEPÇÕES SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA	27
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	32

RESUMO

A partir de uma análise qualitativa e quantitativa, este trabalho buscou através de um questionário investigar as percepções dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos da Escola Estadual de Ensino Médio Orlando Venâncio dos Santos – Cuité/PB sobre princípios de Economia Solidária, além de trazer informações sobre o perfil socioeconômico dos participantes da pesquisa. A partir dos dados obtidos observamos que os estudantes desta modalidade buscam em sua maioria a formação para o trabalho, o que se faz necessário repensar, sobre o papel da EJA na formação de sujeitos autônomos, solidários e competentes e de como o processo de ensino e aprendizagem da modalidade EJA poderia contribuir para o desenvolvimento socioeconômico dos estudantes. Constatamos que apesar de os educandos não terem conhecimento sobre o tema Economia Solidária, eles têm percepções ou já praticaram algum princípio do tema. Princípios estes que poderão nortear um novo vínculo entre a educação e o trabalho numa perspectiva mais conscientizadora e humana.

Palavras chave – Educação de Jovens e Adultos, Economia Solidária, Educação e Trabalho.

ABSTRACT

From a qualitative and quantitative analysis, this work sought through a questionnaire to investigate the perceptions of the students of the Education of Young and Adults of the Orlando Venâncio dos Santos State High School - Cuité / PB on principles of Solidary Economy, in addition to bringing Information about the socioeconomic profile of the research participants. Based on the data obtained, we observed that the students of this modality seek in the majority training for the work, which it is necessary to rethink, about the role of the EJA in the formation of autonomous, solidary and competent subjects and of how the teaching and Learning of the EJA modality could contribute to the students' socioeconomic development. We find that although the students do not know about Solidarity Economy, they have perceptions or have already practiced some principle of the theme. These principles can guide a new link between education and work in a more conscientious and human perspective.

Keywords - Youth and Adult Education, Solidarity Economy, Education and Work.

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da cidadania está relacionado com as condições sociais de todos, bem como, tais condições estejam relacionadas ao contexto histórico, cultural, social e econômico de cada indivíduo. Nessa perspectiva, é de fundamental importância a procura de meios que garantam a inclusão, a igualdade, o desenvolvimento socioeconômico e a justiça social. A educação é um dos meios para se chegar a construção de valores sociais, conhecimentos e habilidades que são indispensáveis e irão contribuir de forma abrupta no desenvolvimento da vida do indivíduo na sociedade.

A Constituição Federal brasileira tem como princípio que toda e qualquer educação visa o pleno desenvolvimento do indivíduo, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF, art. 205). Com isto, deve-se considerar a Educação de Jovens e Adultos - EJA, uma modalidade estratégica que visa o acesso à educação e busca atender a todas as idades e em todas as épocas da vida. O retorno do jovem e do adulto ao ambiente escolar permite que estes desenvolvam habilidades e confirme competências adquiridas durante sua vida.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA destacam a função permanente ou qualificadora da EJA com a tarefa de propiciar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida. A Educação de Jovens e Adultos não pode ser restrita apenas ao processo de ensino, aprendizagem, e escolarização, deve objetivar sempre o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, competência e valores, os quais cada indivíduo traz consigo e que foi conquistado durante sua vida.

Com ênfase nessa abordagem, entende-se que a Economia Solidária pode estar diretamente ligada ao desenvolvimento dos envolvidos, visto que coloca o ser humano como sujeito das atividades econômicas, se destacando por especificidades próprias (BESERRA; OLIVEIRA BARRETO, 2014).

De acordo com o relatório da I Conferência Nacional de Economia Solidária CONAES (2006), realizada em Brasília, caracterizou-se a Economia Solidária por práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza. Esta nova prática de produção, comercialização, finanças e consumo privilegiam a

autogestão, o desenvolvimento comunitário, justiça social, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras. A forma de atuação trabalhista pautado em uma Economia Solidária apresenta-se como alternativa para controlar o desemprego constante, garantir a participação igualitária de trabalho, serviço e renda a todos os envolvidos, além de estar diretamente ligada à sustentabilidade ambiental.

As ações desenvolvidas por atividades vinculadas aos processos de Economia Solidária são diversas, dentre as quais se destacam os coletivos informais, as cooperativas de produção, os de consumo solidário ou os de serviços, organizações e grupos de crédito solidário e fundos rotativos, grupos e clubes de trocas solidárias com uso de moeda social (ou comunitária); recuperação de empresas pela autogestão; estabelecimento de cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo, organização econômica de comunidade tradicional, entre outras iniciativas (CONAES, 2006,P.8)

Tendo em vista estes dois eixos: Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária, este trabalho tem como objetivo geral investigar as percepções dos estudantes (EJA) da Escola Estadual de Ensino Médio Orlando Venâncio dos Santos – Cuité/PB, sobre o tema Economia Solidária. E tem como objetivos específicos: Traçar o perfil socioeconômico dos estudantes desta modalidade; avaliar a importância do trabalho da vida dos estudantes da EJA; analisar os conhecimentos prévios dos estudantes sobre alguns princípios de Economia Solidária.

Diante da proposta entende-se que união de princípios de Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos, fortalecerá a importância das relações econômicas, sociais e políticas, como principais elementos colaboradores no processo de escolarização e de valores sociais, baseados na criatividade, produtividade e na construção de uma sociedade mais justa comprometida com o bem-estar social.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

2.1 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

A alfabetização de adultos no Brasil teve seu início no período colonial. Nesse momento, a educação tinha um caráter muito mais religioso do que cultural. Os ensinamentos eram coordenados pelos padres jesuítas, que tinham a missão de catequisar e alfabetizar os indígenas na língua portuguesa.

No Brasil Colônia, a referência à população adulta era apenas de educação para a doutrinação religiosa, abrangendo um caráter muito mais religioso que educacional. Nessa época, pode-se constatar uma fragilidade da educação, por não ser esta responsável pela produtividade, o que acabava por acarretar descaso por parte dos dirigentes do país (CUNHA, 1999).

Quando a família real portuguesa chegou ao Brasil, o panorama da educação foi modificado. As características da educação de adultos voltaram-se apenas para o interesse da monarquia, com ênfase nos filhos dos colonizadores portugueses (brancos e masculinos). Durante o estudo sobre a História da EJA no Brasil percebemos, que não havia interesse algum por parte dos governantes em expandir o processo de escolarização para a população menos favorecida, tendo em vista que a economia era caracterizada por um modelo de produção agrário, sustentado pela mão-de-obra escrava.

[...] a preocupação com a educação se voltou para criação de cursos superiores a fim de atender aos interesses da monarquia, dando início à construção de fatores determinantes que culminaram com a Independência política do país. Entretanto, o que devemos evidenciar é que essa iniciativa objetivava exclusivamente oferecer educação para a aristocracia que formava a corte. (MOTA, 2009, p. 12)

Como observamos, esse cenário perdurou por muito tempo. Com isso houve um crescimento nos índices de analfabetismo, principalmente nas camadas mais pobres da sociedade, sendo que a partir de 1930 com o processo de industrialização e êxodo rural a Educação de Jovens e Adultos ganhou mais atenção no Brasil, onde foram criadas várias escolas noturnas e realizadas campanhas para combater o analfabetismo. O processo de alfabetização nessa época tinha uma abordagem apenas para o domínio da língua falada e escrita, manuseio das técnicas de produção e educação para ampliação de eleitores votantes (BASTIANE, 2011, p. 21).

A Educação de Jovens e Adultos tornou-se oficial apenas em 1945, após o fim da segunda guerra mundial e com a criação da ONU (Organização das Nações Unidas) e da UNESCO (Órgão das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura). Com base nas instruções dessa instituição, era preciso desenvolver, relativo à educação:

[...] pensamento e comunicação; habilidades profissionais, de auto conservação e de auto expressão; compreensão do ambiente geográfico e humano; compreensão da organização social e regime político-jurídico; desenvolvimento de habilidades para viver no mundo moderno; desenvolvimento moral e espiritual (ROCCO, 1979, p.16).

No entanto, o ensino oferecido para adultos era similar ao ensino voltado para crianças. Havia precárias condições de funcionamento das aulas, baixa frequência e aproveitamento de conteúdos por parte dos estudantes, má remuneração e ausência de qualificação adequada para os professores, falta de políticas públicas adequadas, além do mais o ensino não chegava a toda parte, a zona rural ficou desprovida de acesso.

Nesse período, o analfabetismo já estava relacionado ao não desenvolvimento do país, era visto como causa e não como efeito, havendo uma série de preconceitos que julgavam o adulto analfabeto como incapaz, marginalizado e excluído da sociedade. Sendo assim, o adulto analfabeto deixava de exercer seu direito como cidadão (GARCIA, et al, 2013).

Uma nova visão sobre o problema do analfabetismo foi surgindo Junto à consolidação de uma nova pedagogia de alfabetização de adultos, que tinha como principal referência Paulo Freire. Surgiu um novo paradigma pedagógico – um novo entendimento da relação entre a problemática educacional e a problemática social. O analfabetismo, que antes era apontado como causa da pobreza e da marginalização, passou a ser, então, interpretado como efeito da pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária (SOARES,1996).

Na visão de Freire, a ideia de alfabetização e educação está muito próxima. A alfabetização é o domínio de técnicas para escrever e ler em termos conscientes e resulta numa postura atuante do homem sobre seu contexto. Essas ideias de Paulo Freire se expandiram no país e este foi reconhecido nacionalmente por seu trabalho com a educação popular e, mais especificamente, com a educação de adultos.

Entendemos que os conteúdos a serem trabalhados com a população atendida na EJA, dever ter relação com a experiência de vida dos mesmos, pois trata-se de um público que já trazem histórias e experiências de vida.

O método de Paulo Freire derivava diretamente de ideias pedagógicas e filosóficas mais amplas e representava tecnicamente uma combinação original das conquistas da teoria da comunicação da didática contemporânea, e da moderna. Enfatiza-se que Freire, ao partir de uma visão crítica do mundo, nos oferece em termos teórico-metodológicos uma formulação original. Esse educador constituiu uma proposta de mudança radical na educação e objetivos de ensino, partido da compreensão de que o aluno não apenas sabe da realidade em que vive, mas também participa de sua transformação. (BASTIANE, 2011, p. 27).

Mota (2009) apud Paulo Freire (2006) explica que a intenção de Paulo Freire foi a de propor uma alfabetização de adultos que considerasse as experiências de vida dos educandos, ou seja, de conceber a alfabetização de adultos para além da aquisição e produção de conhecimentos cognitivos, mesmo sendo estes necessários e imprescindíveis.

A partir de 1960 surgiram novos programas e campanhas que visavam a educação e cultura popular de jovens e adultos que não tiveram acesso à educação em idade própria, e que assimilavam a pedagogia de Paulo Freire e Educação Popular. Dentre estes se podemos citar:

- MCP – Movimento de Cultura Popular;
- MEB – Movimento de Educação de Base;
- CPC – Centro Popular e Cultura;
- CEPLAR – Campanha de Educação Popular e
- CPCTAL – Campanha Pé no Chão Também se Aprende a Ler.

No entanto, após o golpe militar de 1964, alguns destes movimentos e seus integrantes foram perseguidos e reprimidos e as ideias de Paulo Freire foram interrompidas, por serem vistas como ameaças ao governo.

Em 1967, o Governo Federal autorizou a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, com o objetivo de erradicar o analfabetismo no Brasil em curto espaço de tempo.

Incumbiria promover a educação dos adultos analfabetos financiando 1/3 do seu custo; cooperar com movimentos isolados de iniciativa privada; financiar e orientar tecnicamente cursos de 9 meses para analfabetos entre 15 e 30 anos, com prioridade oferecida aos municípios com maiores possibilidades de desenvolvimento sócio-econômico. (PAIVA, 1987 p. 293)

As orientações pedagógicas desse movimento eram baseadas em técnicas elementares de leitura, escrita e cálculo, e os materiais didáticos esvaziaram-se de todo sentido crítico e problematizador proposto anteriormente por Freire (CUNHA, 1999).

Em 1985, o MOBRAF foi extinto e surgiu, em seu lugar, a Fundação EDUCAR, “que abriu mão de executar diretamente os projetos e passou a apoiar financeira e tecnicamente as iniciativas existentes de governos, entidades civis e empresas a elas conveniadas” (CUNHA, 1999).

Como podemos observar, a Educação de Jovens e Adultos no Brasil não é algo recente. Além disso, é marcada pela descontinuidade de programas e por políticas públicas inadequadas e insuficientes para demanda.

Percebe-se a necessidade de um olhar voltado para a educação no país. Com a contribuição ou a determinação de leis, a educação progride de uma situação na qual ser escolarizado não era legalmente necessário, para depois tornar-se um direito fundamental e obrigatório. (GARCIA, MACHADO et.al, 2013, p.68)

Dentre os vários documentos legais que se referem à EJA, podemos destacar a Constituição da República Federativa Brasileira de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e o Parecer CEB nº 11/2000 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

A LDB 9.394/96 refere-se especificamente à EJA em dois capítulos, na Seção V, oferecendo vagas para a modalidade e garantindo cursos e exames supletivos.

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. (BRASIL, 1996, p. 23).

Esses dois artigos tratam exclusivamente da Educação de Jovens e Adultos, atendendo a todos que não tiveram o acesso à escolarização na idade correta, por diversos motivos como: falta de oportunidade, trabalho, condições de vida precárias, dentre outros problemas. Indica ainda que é necessário oferecer oportunidades que articulem os cursos da EJA com a educação profissional além de trabalhar com metodologias que proporcionem bons resultados para alunos e professores, atendendo à educação básica nas etapas de ensino fundamental e médio.

De acordo com o Parecer CNE/CEB nº 11/2000, a Educação de Jovens e Adultos representa uma dívida social não reparada para aqueles que não tiveram acesso à escola nem domínio da escrita e leitura. Ser privado desse acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea. Em busca de melhorias, o Parecer traz as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA e apresenta três funções dessa modalidade de ensino: reparadora, equalizadora e qualificadora.

A função **reparadora** da EJA significa a reparação de um direito negado a uma escola de qualidade.

[...] ela deve ser vista, como uma oportunidade concreta de presença de jovens e adultos na escola e uma alternativa viável em função das especificidades sócio-culturais destes segmentos para os quais se espera uma efetiva atuação das políticas sociais. É por isso que a EJA necessita ser pensada como um modelo pedagógico próprio a fim de criar situações pedagógicas e satisfazer necessidades de aprendizagem de jovens e adultos. (Parecer CNE/CEB nº 11/2000, p. 9)

Significa, fazer a reparação de um direito a educação que um dia foi negado. Destacando não só o direito a entrada nos sistemas educacionais mais também o direito a uma escola de qualidade e o reconhecimento de igualdade de todo e qualquer ser humano.

Brasil (2000) descreve que a função **equalizadora** oferece oportunidades para a reentrada no sistema educacional para aqueles que não tiveram acesso ou condições de permanência na escola, devendo haver uma reparação corretiva na busca da equidade, que

é a forma pela qual se distribuem os bens sociais de modo a garantir uma redistribuição e alocação em vista de mais igualdade, consideradas as situações específicas (...) por esta função, o indivíduo que teve sustada sua formação, qualquer tenha sido a razão, busca restabelecer sua trajetória escolar de modo a readquirir a

oportunidade de um ponto igualitário no jogo conflitual da sociedade (Parecer CNE/CEB nº 11/2000, p. 9-10).

Ou seja, promoverá meios para que os trabalhadores (as) de todos outros segmentos da sociedade, que tiveram a educação interrompida retornem aos sistemas educacionais.

Já a função **qualificadora** ou permanente apresenta um sentido próprio para a EJA, propiciando uma atualização de conhecimento a todos.

Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares ou não escolares. Mais do que nunca, ela é um apelo para a educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade este sentido (qualificador) da EJA é uma promessa a ser realizada na conquista de conhecimentos até então obstaculizados por uma sociedade onde o imperativo do sobreviver comprime os espaços da estética, da igualdade e da liberdade (Parecer CNE/CEB nº 11/2000, p. 11).

Nesse caso a função qualificadora ou permanente a educação de jovens e adultos deve ser vista como uma promessa de qualificação de vida para todos, propiciando a atualização de conhecimentos por toda a vida.

2.2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO FORMA DE AMPLIAÇÃO DE OPORTUNIDADES.

Como já observamos a EJA, é uma modalidade do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, que dá oportunidade para as pessoas que não tiveram acesso a escolaridade em idade própria, ou para as pessoas darem continuidade aos seus estudos, visando assim garantir um direito aqueles que foram excluídos por algum motivo ou não conseguiram acessá-lo.

Barreto (2006) afirma que os discentes da EJA quase sempre pertencem a uma mesma classe social e com baixo poder aquisitivo. Esses estudantes fazem parte de um quadro de desfavorecimento social e a procura pela escola está ligada às decisões que envolvem suas perspectivas pessoais, motivação, com expectativa de conseguir um emprego melhor, aumentar a autoestima ou satisfazer suas necessidades particulares.

O público da EJA é marcado por experiências de vida, origens, idades ritmos de aprendizagem e estruturas de pensamento muito distintos. São pessoas com valores formados

a partir do ambiente em que estão inseridas. É necessário que a sociedade compreenda que os estudantes da EJA vivenciam problemas como preconceito, vergonha discriminação ou críticas.

Ao trabalhar com alunos da EJA, a escola não deve se esquecer, que o adulto que não concluiu seus estudos, é um trabalhador com responsabilidades sociais e familiares, que possui experiências e chega à escola com opiniões e crenças já formadas. “Deve-se levar em conta a diversidade destes grupos sociais: perfil socioeconômico, étnico, de gênero, de localização espacial e de participação socioeconômica” (GADOTTI, 2003).

O estudante de EJA vê no reingresso ao ambiente escolar uma forma de desenvolvimento pessoal, um desafio, um projeto de vida. O objetivo da volta à escola é para continuar os estudos, ou simplesmente conquistar um certificado e mais comum, que é o de se inserir no mercado de trabalho melhor e mudar sua situação econômica.

2.3. A CRESCENTE PRODUÇÃO DE DESEMPREGO E O CAPITALISMO

São fatores para a crescente produção de desemprego: o surgimento de novas tecnologias no processo produtivo que exige mão de obra cada vez mais qualificada; o desenvolvimento da sociedade que surgiu a necessidade de se ter certo domínio de conhecimento em que os trabalhadores terão de apresentar habilidades de trabalho, e o contexto capitalista que se baseia na legitimidade dos bens privados e na irrestrita liberdade de comércio e indústria, e com o principal objetivo de adquirir lucro (MÉSZÁROS, 2005).

Segundo Singer (2005) “A concentração do capital tem como contrapartida a formação de uma classe cada vez mais numerosa de ‘perdedores’, qual seja, de pessoas que não tem meio próprio de produção e que se sustentam vendendo sua capacidade de trabalho aos capitalistas (ou ao Estado). Os capitalistas dependem dos trabalhadores assalariados para que seus capitais produtivos sejam acionados e assim valorizados, bem como os assalariados dependem dos capitalistas (e do Estado) para ser empregados e poder ganhar o sustento próprio e de seus dependentes”.

No sistema capitalista, se não é dono dos meios de produção é necessário vender a sua força de trabalho para conseguir sobreviver. Justamente esta é a característica deste sistema: a concentração dos meios de produção em poucas mãos, a livre competição e o esforço dos

trabalhadores para um mesmo fim, o de potencializar os lucros das empresas (SINGER, 2005).

A crise do emprego e o sistema capitalista, portanto, nos leva a refletir sobre a existência de outros mundos do trabalho que não somente o assalariado. A Economia Solidária vincula-se à noção do coletivo, da solidariedade e da autogestão, porque é gerida com a participação igualitária de todos os membros, que participam do trabalho. Como observamos, essa nova prática pode se revelar em uma ação caracterizada como oposição ao sistema capitalista e está de acordo com as bases pedagógicas construídas a partir de uma educação popular e emancipatória.

2.4. ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA

De acordo com o relatório da I Conferência Nacional de Economia Solidária CONAES (2006), realizada em Brasília, caracterizou-se a Economia Solidária por práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza.

Esta nova prática de produção, comercialização, finanças e consumo privilegiam a autogestão, o desenvolvimento comunitário, justiça social, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras. A forma de atuação trabalhista pautado em uma Economia Solidária apresenta-se como alternativa para controlar o desemprego constante, garantir a participação igualitária de trabalho, serviço e renda a todos os envolvidos, além de estar diretamente ligada à sustentabilidade ambiental.

As ações desenvolvidas por atividades vinculadas aos processos de Economia Solidária são diversas, dentre as quais se destacam os coletivos informais, as cooperativas de produção, os de consumo solidário ou os de serviços, organizações e grupos de crédito solidário e fundos rotativos, grupos e clubes de trocas solidárias com uso de moeda social (ou comunitária); recuperação de empresas pela autogestão; estabelecimento de cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo, organização econômica de comunidade tradicional, entre outras iniciativas (CONAES, 2006).

Para Singer (2005), a Economia Solidária apresenta-se como alternativa capaz de superar o capitalismo (mas que não necessariamente representa essa intenção) e retomar a questão do trabalho como prática fundamental do ser humano e não como tarefa alienante.

Dessa forma, a Economia Solidária é uma alternativa à precarização do emprego ou a exclusão deste no quadro que se configura a partir da reestruturação capitalista, principalmente, pelo fato da inserção de novas tecnologias nos meios de produção (RIBEIRO, 2002).

A Economia Solidária é um caminho para melhorar as condições de vida do trabalhador, que por muito tempo ficou sujeito apenas ao modo de vida capitalista, oferecendo ao trabalhador a oportunidade de desempenhar atividades, com igualdade de direitos, além de proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras, uma vida melhor.

2.5. ECONOMIA SOLIDÁRIA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Qual seria o papel dessa nova relação de trabalho que promove atividades populares e solidárias junto a Educação de Jovens e Adultos? Neste trabalho evidenciamos que o sentido da Educação de Jovens e Adultos não está apenas voltado para a alfabetização, isto é, domínio da leitura e da escrita, mas sim voltado para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de técnicas que possivelmente possam ajudar os estudantes (empregados/as ou desempregados/as) a refletirem sobre o papel dos mesmos na sociedade a qual pertencem.

Ainda numa visão de integração entre educação e trabalho

[...] podemos traçar e conceber outra perspectiva para o trabalho pedagógico na EJA e na educação em geral que não represente uma relação direta entre a conexão da educação decorrente de um novo trabalhador, formado a partir das mudanças do mundo do trabalho capitalista (VIVIAN, 2007, p. 7).

Além de estar indo contra os anseios do capitalismo, a Economia Solidária está vinculada à noção do coletivo, da solidariedade, da autogestão, porque, teoricamente, é gerida com a participação igualitária de todos os membros do grupo.

Entendemos que, a relação entre Economia Solidária e EJA pode se revelar em uma ação contra as relações sociais evidenciadas na sociedade capitalista, como oposição à

cooperação subordinada, e está de acordo com as bases pedagógicas construídas a partir de uma educação popular e emancipatória.

Nesse sentido, uma educação que valorize a palavra do estudante e os seus saberes adquiridos durante sua vida são fundamentais no processo de formação integral.

As atividades solidárias e a cooperação contribuem para o que Picanço e Tiriba (2004) ressaltaram: “A possibilidade de se superar o vínculo da formação do trabalhador somente para o mercado globalizado, assalariado, excludente e altamente competitivo”.

Dessa forma, a educação de jovens e adultos com ênfase em Economia Solidária pode ser melhor entendida dentro da "experiência do MOVA" de Freire (1996) que, ao explicar o processo de alfabetização, enfatiza que o processo de aquisição da língua escrita se dá em um contexto discursivo de interlocução e interação, através da elucidação crítica da realidade, levando o educando a tornar-se um cidadão consciente de seu papel na sociedade global.

Logo, esta educação voltada para a formação integral do sujeito, que valoriza a palavra dos educandos e o trabalho solidário, aponta para a perspectiva de dialogar com a hipótese de que todo o ato educativo tem uma intencionalidade política que vai além do aprendizado de aspectos pontuais e tem como horizonte uma opção política por um protótipo de ser humano (ARROYO, 1999).

3. METODOLOGIA

Este tópico tem por objetivo apresentar os métodos e técnicas de análise quantitativa e qualitativa utilizados no tratamento de dados obtidos durante a execução da pesquisa. Desta forma, apresentaremos sucintamente toda metodologia da pesquisa buscando destacar a importância da utilização e um tratamento viável na busca de extrair informações relevantes que justifiquem as contribuições que a pesquisa possa trazer para um futuro próximo.

3.1. CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO

Este trabalho foi desenvolvido na Escola Estadual de Ensino Médio Orlando Venâncio dos Santos, (Figura 1), situada na Rua 15 de Novembro, s/n, no Centro da Cidade de Cuité – PB. Este estabelecimento de ensino foi fundado em outubro de 1972, faz parte do setor administrativo da 4ª Gerência Regional de Educação – GREE da Secretária de Estado da Educação – SEE. Possui uma estrutura composta por 13 (treze) salas de aula, um refeitório coberto, uma biblioteca, um laboratório de informática, quatro laboratórios nas respectivas disciplinas de: Biologia, Física, Matemática e Química, além de um laboratório de Robótica. A estrutura da escola conta ainda com uma sala de ambiente de professores, uma sala multifuncional, uma secretária, uma sala para coordenação e uma sala para direção.

Figura 1 – EEE Médio Orlando Venâncio dos Santos - Cuité/PB



A EEE Médio Orlando Venâncio dos Santos passou a ofertar vagas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos a partir do ano de 2008.

Este trabalho foi desenvolvido no segundo semestre - 2016.2 (noturno). A Escola possuía 12 turmas destas, 06 eram da modalidade de EJA, distribuídas na forma de ciclos: ciclo V, referente ao 1º e 2º ano do ensino médio e ciclo VI, referente ao 3º ano do ensino médio. Possuía um quadro de 15 professores e 480 estudantes (matriculados), destes 280 eram estudantes da EJA. Estes dados foram disponibilizados pela secretária da escola. Vale salientar que durante a pesquisa, o número de estudantes não correspondia ao número de matriculados, devido ao fato de alguns terem desistido ou evadido por algum motivo. Atualmente a escola apresenta um IDEB de 3.1, tendo aprovado cerca de 70 estudantes (Noturno/Diurno) no ENEM-2016.

3.2. COLETA DOS DADOS

A problemática dessa pesquisa foi a de investigar as percepções dos estudantes da EJA sobre alguns princípios de Economia Solidária além de traçar o perfil socioeconômico do público alvo. Para realização desta pesquisa, aplicamos um questionário. Nós escolhemos esse instrumento de coleta de dados por considerar o mais adequado no momento, uma vez que, dentre tantas vantagens, destacamos aqui a facilidade na sua aplicação, o custo considerado baixo, maior liberdade para os respondentes se expressarem nas respostas, maior precisão, e por conseguir obter várias informações em um único instrumento, gerando os dados necessários para se atingir os objetivos de nossa pesquisa.

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos e valores [...] (GIL, 2008, p. 121).

O questionário aplicado continha questões abertas e questões fechadas o que caracteriza a natureza de nossa pesquisa em uma análise quantitativa e qualitativa. Marconi e Lakatus (2003) informam que a combinação de perguntas abertas com perguntas fechadas aumenta a quantidade de dados, em que as questões abertas apontam maior liberdade dos respondentes, já que estes utilizam de suas próprias palavras para responder. Em contrapartida, nas questões fechadas os respondentes escolhem uma dentre as alternativas de possível resposta referente á questão. Eles afirmam ainda que pesquisa de natureza quantitativa busca a validação das hipóteses mediante a utilização de dados estruturados e estatísticos, com análise de um grande número de casos representativos. Já a pesquisa de natureza qualitativa para eles tem como premissa, analisar e interpretar aspectos mais

profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano e ainda fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações.

Antes de aplicar os questionários definitivamente aos respondentes, foi feito um contato com equipe pedagógica e com as turmas de EJA da referida Escola, repassando todo o embasamento da pesquisa, para que houvesse o comprometimento da equipe e dos estudantes, como também para se lograr os conhecimentos prévios dos alunos, para se obter o melhor resultado além da realização de um pré-teste.

Goode e Hatt (1972) afirmam que nenhuma quantidade de pensamento, não importa quão lógica seja a mente e brilhante a compreensão, pode substituir uma cuidadosa verificação empírica. Daí a importância em se saber como o instrumento de coleta de dados se comporta numa situação real através do pré-teste.

Segundo Mattar (1994) os pré-testes, podem ser realizados inclusive nos primeiros estágios, quando o instrumento ainda está em desenvolvimento, quando o próprio pesquisador pode realizá-lo. Na realização do nosso pré-teste, aplicamos o questionário com apenas dez estudantes. Esse pré-teste foi importante, pois nos possibilitou observar por um outro ângulo o nosso instrumento de pesquisa e detectar possíveis falhas na redação do questionário, assegurando validade, precisão e credibilidade a nossa pesquisa.

A escolha da composição dos estudantes pesquisados foi de forma aleatória de ambos os sexos e ambas as turmas, sendo que de um total de 100 (cem) questionários aplicados, no mês de novembro (Segundo Semestre - 2016.2), 73 (setenta e três), foram respondidos. Após a coleta dos dados elaborou-se os resultados e discussão deste trabalho.

O questionário foi composto de treze perguntas, envolvendo os seguintes temas: Perfil socioeconômico, envolvendo a identificação pessoal e culminando no prosseguimento dos estudos; Atuação no mercado de trabalho; e finalizamos com as Percepções sobre Economia Solidária.

3.3. TÉCNICA DE NA ANÁLISE DOS DADOS

Segundo Gil (2008), a análise consiste em organizar e reunir de maneira resumida os dados, já interpretação deve ser formada por uma acepção mais ampla de respostas. Para ele, os processos de análise e interpretação de dados diversificam de acordo com o que se quer

pesquisar. Desta forma, a fase de análise e interpretação dos dados exigiu de nós um pouco de sutileza para decidirmos quais dos métodos seriam mais adequados para tratar as questões fechadas e as abertas.

Desta forma, decidimos usar o método Estatístico Lakatus (2003), para analisar as questões fechadas e o método de Análise de Conteúdo Bardin (2004) para interpretar as respostas obtidas por meio das questões abertas.

A análise partindo do método estatístico quantifica os dados e generaliza os resultados da pesquisa e permite

Obter uma redução dos fenômenos que se quer estudar a termos quantitativos e a manipulação estatística, auxiliando a comprovar as relações dos fenômenos entre si, e obter generalizações sobre sua natureza do estudo, suas ocorrências ou significados. Por ser menos sucedido a erros o método estatístico proporciona uma maior objetividade e organização para tratar as respostas das questões fechadas. (Lakatus, 2003, p. 108)

Como informado anteriormente, para as questões abertas utilizamos o método de Análise de Conteúdos (AC) desenvolvido por Laurence Bardin, definida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou qualitativos que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2004, p.42).

Com o objetivo de obtermos resultados coerentes e precisos, seguimos minuciosamente as técnicas de Análise de Conteúdo que se configura em torno do que Bardin (2004), denominada de organização da análise, uma vez que, corresponde a uma sequência sistemática, iniciando-se por uma pré-análise, seguida de uma a exploração do material para só assim poder fazer o tratamento dos resultados e a interpretação dos dados. Fizemos um estudo das categorias, ou seja, expressamos os conjuntos das unidades semelhantes, análogas, ou as mais importantes do processo. Fazendo uso das categorias preparamos uma descrição, ou seja, produzimos um texto síntese em que expressamos o conjunto de significados presentes nas diversas unidades de análise.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tendo como interesse investigar as percepções dos estudantes da EJA No segundo semestre de 2016 da Escola Estadual de Ensino Médio Orlando Venâncio dos Santos – Cuité/PB, a respeito do tema Economia Solidária, apresentaremos aqui os resultados de nossa pesquisa. De um total de 100 (cem) questionários aplicados, no mês de novembro de 2016, 73 (setenta e três) foram respondidos, os resultados quantitativos organizados em gráficos, e os resultados qualitativos organizados por categorias, todos seguidos das discussões.

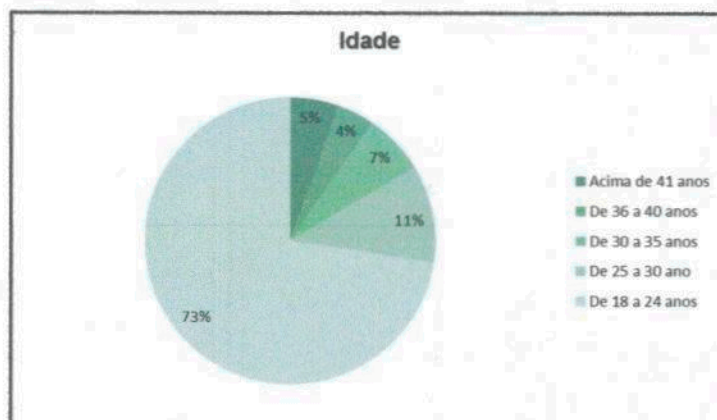
4.1. PERFIL SOCIOECONOMICO

Inicialmente foram feitas algumas perguntas sobre a identificação pessoal dos estudantes participantes da pesquisa. Posteriormente, traçamos o perfil socioeconomico, além da caracterização de expectativas futuras quanto estudantes da EJA.

4.1.1 Gênero

A (Figura – 2), nos mostra o gênero dos estudantes pesquisados. Dos 73 estudantes da EJA, (55%) são do sexo feminino e (45%) são do sexo masculino.

Figura 2 - Representação quantitativa dos estudantes quanto ao gênero



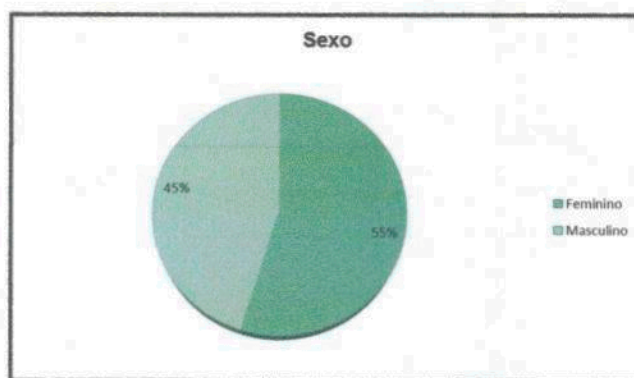
Durante o período de pesquisa os resultados mostram a predominância de mulheres. Em 2009, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009) revelou que as mulheres brasileiras estudam mais do que os homens. As mulheres brasileiras possuem 7,4 anos de estudo. A pesquisa aponta ainda que a população feminina com idade entre 20 e 24

anos estudou em média dez anos ao longo da vida, enquanto que os homens na mesma faixa etária declararam média de 9,3 anos de estudo.

4.1.2 Faixa etária

A respeito da idade dos estudantes, verificamos que a maioria está na faixa etária de 18 e 24 anos perfazendo um total de (73%) dos pesquisados, o restante está distribuído conforme figura a baixo.

Figura 3 - Representação quantitativa dos estudantes quanto á idade.



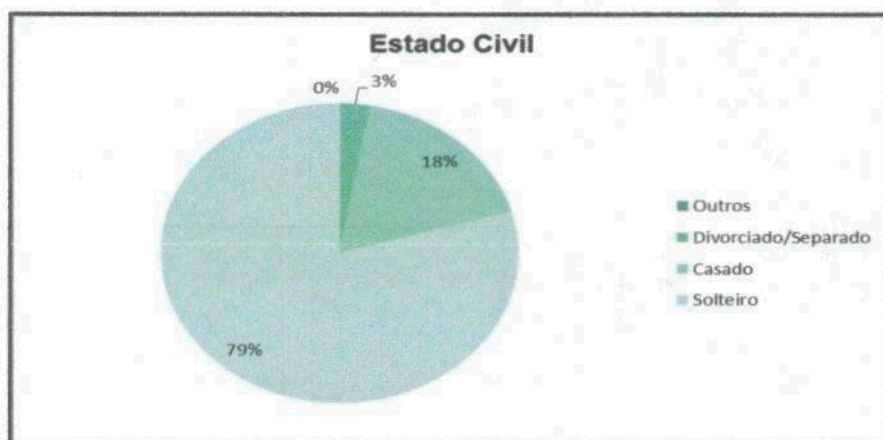
Segundo Drummond (2001), o processo de juvenilização da EJA começa a ser observado na década de 1990, e vários fatores vêm contribuindo para o aumento significativo da presença dos jovens nesta modalidade de ensino, como as deficiências do sistema de ensino regular público, a evasão, repetência, que ocasionam a distorção entre a idade/série.

Então os jovens encontram nessa modalidade de ensino uma possibilidade de aceleração de estudos. Para Drummond (2001), a necessidade do jovem pela elevação da escolaridade também está associada ao mercado de trabalho moderno, que cada vez mais procura mão de obra qualificada, cujas expectativas estão direcionadas às novas exigências da contemporaneidade, então a EJA, tem sido uma oportunidade para que o jovem retorne à sala de aula para aprimorar seus conhecimentos ou conseguir um diploma atestando uma escolarização mais elevada para assim conseguirem um emprego.

4.1.3. Estado civil

Quanto ao estado civil dos entrevistados, verificamos que mais da metade (79%) dos estudantes são solteiros.

Figura 4 - Representação quantitativa dos estudantes quanto ao estado civil.

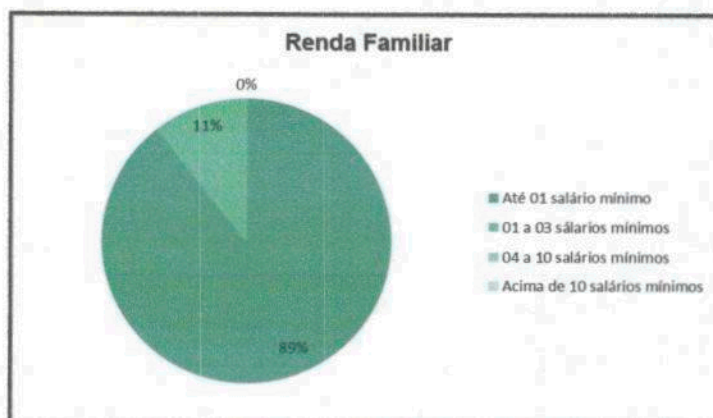


O número de solteiros é superior ao número de casados, fato que pode ser entendido devido à grande concentração de indivíduos entre 18 e 25 anos nesta modalidade de ensino.

4.1.4. Renda familiar

Constatamos que (89%) dos estudantes tenham suas rendas familiares de até um salário mínimo.

Figura 5 - Representação quantitativa dos estudantes quanto à renda familiar.

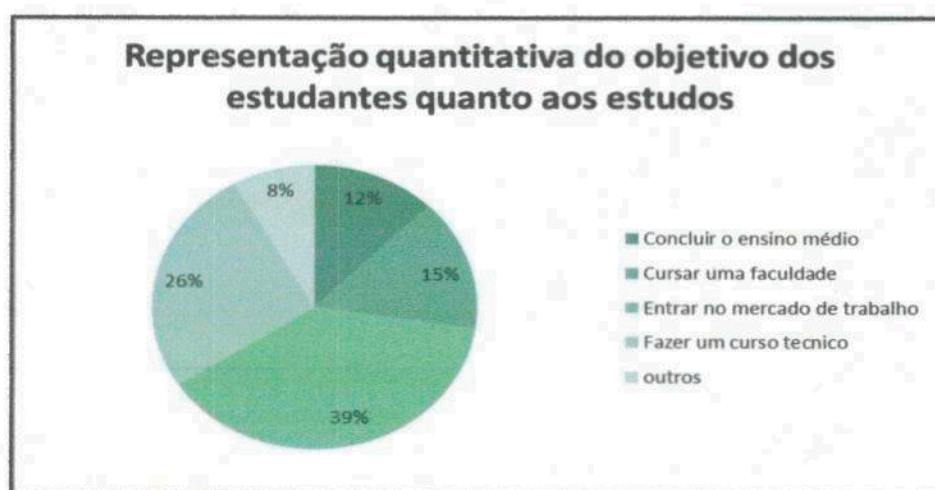


Com base nos resultados obtidos, podemos caracterizar os indivíduos da amostra como de baixa renda. Brasil (2006) classifica estes estudantes como pessoas de baixa renda e que consomem, de modo geral, apenas o básico à sua sobrevivência, como água, luz e alimentação. Para Souza e Alberto (2008), são indivíduos pertencentes às classes populares, ou seja, necessitam deixar certos privilégios de lado devido. Nesta classe, em grande parte das famílias o trabalho é entendido como uma necessidade e também uma virtude.

4.1.5. Objetivo quanto aos estudos

Quando perguntado sobre o objetivo pelo qual os estudantes estão nas salas de EJA, observamos que a pretensão de ingressarem no mercado de trabalho é notória, perfazendo um total de (39%).

Figura 6 - Representação quantitativa do objetivo dos estudantes quanto aos estudos.



Encontramos também que (26%) almejam um curso técnico, (15%) tem interesse em fazer um curso superior e (12%) dos estudantes da EJA querem apenas concluir os estudos. Dos (8%) que afirmaram ter outros motivos para com os estudos, destacaram a família, e os filhos como objetivo principal, além de melhores expectativas pessoais, como foi citado por um estudante “para ser alguém na vida”. Neste contexto, a auto estima contribui com um fator de grande importância no processo de aprendizagem do aluno. A autoestima é um aspecto central da dignidade humana e, portanto, um direito humano inalienável.

(...) por sua vez, faz a seguinte abordagem: “se considerarmos a autoestima corretamente como um produto de nosso pensamento e de nossas ações – nossos

valores, ideias e crenças, bem como nossas interações com os outros – então vemos um papel significativo para a escola” (WOOLFOLK 2002, p. 329, apud MATTOS, 2003, p.120).

Observamos que apesar dos respondentes serem sujeitos marcados por um histórico de reinserção no ambiente escolar, mesmo com déficits de aprendizagem estes tem o interesse de continuar os estudos após conclusão do ensino médio fazendo crer que o ensino da EJA não deve ensinar apenas a ler, escrever e alfabetizar, mas levar ao ensino superior e a continuidade dos estudos, visto que a educação é o ato que politiza o cidadão, que o coloca a par de sua situação e condição e procura a progressão a partir de seus conhecimentos (FREIRE, 1989).

Considerando os resultados apresentados, entendemos que os estudantes da EJA reconhecem a necessidade de prosseguimento dos estudos como a ideia de que a continuidade promoverá uma melhor expectativa de vida.

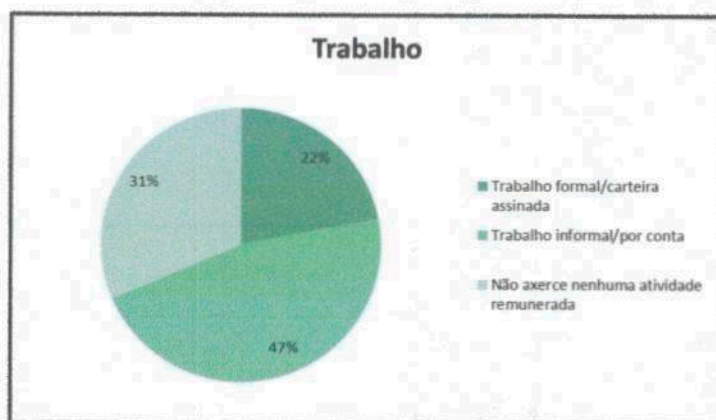
4.2. ATUAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Neste tópico analisamos a posição do estudante da EJA, frente ao mercado de trabalho, a sua concepção sobre a melhor forma de se trabalhar, avaliando assim a importância do trabalho na vida do público desta modalidade.

4.2.1. Trabalho

Referente à resposta dada quanto à situação do trabalho, encontramos que no total de (31%) dos estudantes trabalham de forma informal, (22%) trabalham de carteira assinada enquanto que (47%) não exercem nenhuma atividade remunerada.

Figura 7 - Representação quantitativa dos estudantes quanto ao trabalho



Dos (22%) que responderam estar no mercado de trabalho apontaram as seguintes profissões: trabalha em setor de venda/atendimento, auxiliar de limpeza, vigilante, agente de saúde e doméstica. Dos (47%) que trabalham de forma informal afirmaram que trabalham no comércio, na construção civil, na agricultura, moto taxista, eletricista, dona de casa, motorista, diarista.

4.2.2 Melhor forma de trabalho

Indagamos sobre qual seria a melhor forma de trabalho na opinião dos respondentes.

Figura 8 - Representação quantitativa dos estudantes quanto melhor forma de trabalho.



Diagnosticamos que (79%) afirmaram então a melhor forma de trabalho como sendo a coletiva. As justificativas mais citadas para essa resposta foram: No trabalho coletivo eles poderiam dividir as atividades do trabalho; teriam maior agilidade, culminando assim em economia de tempo nas tarefas; poderiam garantir melhor ambiente de trabalho. Já os (21%) que afirmaram a melhor forma de trabalho como sendo a individual tiveram como justificativa: Seria mais tranquilo trabalhar individual; Mérito do trabalho apenas de um; não teria que levar em consideração a opinião dos outros.

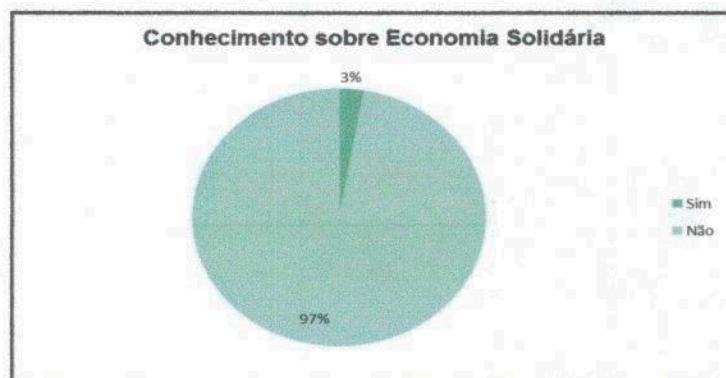
4.3. PERCEPÇÕES SOBRE ECONOMIA SLIDÁRIA

Finalizamos nossa pesquisa analisando os conhecimentos prévios dos estudantes da EJA sobre alguns princípios de economia solidária.

4.3.1 Conhecimento sobre Economia Solidária

De acordo com as respostas, apenas (3%) dos estudantes respondentes do questionário afirmaram ter conhecimento sobre o tema Economia Solidária.

Figura 9- Representação quantitativa do conhecimento dos estudantes sobre Economia Solidária



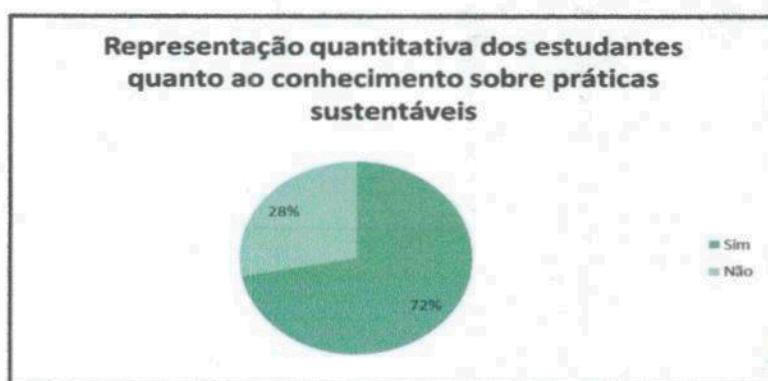
De certa forma estes resultados já eram esperados, uma vez que as pessoas estão acostumadas com um mundo competitivo em que há predominância de um sistema capitalista, voltado para atividades econômicas individuais.

Esse dado é importante na medida em que possamos traçar e conceber outra perspectiva para o trabalho pedagógico na EJA, trabalho este que não represente uma conexão da educação a partir das mudanças do mundo do trabalho capitalista e sim voltado para a formação do cidadão, solidário, autônomo e competente, um trabalho pedagógico que procure desenvolver a autonomia intelectual, moral e social, uma educação comprometida com uma prática emancipatória e com um projeto democrático de sociedade. Prática esta (Economia Solidária), que além de proporcionar princípios e conceitos inovadores possam também “transformar” auxiliar no desenvolvimento socioeconômico dos envolvidos.

4.3.2. Conhecimento sobre pratica sustentável

Verificamos que (72%) dos respondentes tem conhecimento, enquanto que apenas (28%) não tem conhecimento sobre práticas sustentáveis.

Figura 10 - Representação quantitativa dos estudantes quanto ao conhecimento sobre práticas sustentáveis.



Dos (72%) respondentes que possuem conhecimento sobre práticas sustentáveis e afirmaram que praticam ou já praticaram alguma atividade sustentável dentre elas foi citadas: economia de energia, consumo consciente de água, utilização de objetos produzidos por materiais recicláveis, e produção de hortas. Entendemos que os estudantes têm certo entendimento sobre o tema, além de praticarem algumas atividades sustentáveis.

4.3.3. Entendimento de trabalho justo

Quanto ao entendimento dos estudantes sobre trabalho justo. O resultado desse questionamento encontra-se expresso em quatro categorias, como mostra a tabela 1.

Tabela 1 - Entendimento de trabalho justo

Categoria	%
Trabalhar honestamente	34
Remuneração igualitária	27
Trabalhar com qualidade para todos	11
Tratamento igualitário	28

As categorias destacadas na tabela acima nos levam a detectar que, apesar de na Figura - 9, apresentada apontar estatisticamente que os respondentes não conhecem o tema Economia Solidária, estes têm entendimento sobre um trabalho justos, tema que está associado aos princípios e conceitos de Economia Solidária.

4.3.4. Entendimento sobre sociedade solidária

Na questão referente ao entendimento sobre sociedade solidária, detectamos quatro categorias.

Tabela 2 - Entendimento sobre sociedade solidária

Categoria	%
Preocupação com o próximo	28
Inclusão de todos	19
Bem estar/Viver bem	31
Igualdade de direitos e deveres	22

As categorias destacadas na Tabela - 2 estão fortemente ligadas aos princípios e conceitos de Economia Solidaria. De acordo com (SINGER, 2002) as concepções trazidas se sintonizam com os princípios da Economia Solidária, que se caracterizam por um conjunto das atividades de produção diferenciada, onde o consumo é voltado ao bem viver e qualidade de vida do coletivo, baseados na cooperação, autogestão e nas diversas formas de compartilhamento, buscando o benefício social e o cuidado com o meio ambiente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi desenvolvido com o objetivo de investigar o perfil socioeconômico dos estudantes da EJA assim, bem como as percepções dos mesmos sobre alguns princípios Economia Solidária. Os dados foram coletados através de um questionário com perguntas abertas e fechadas, em que os respondentes foram estudantes da EEE Médio Orlando Venâncio dos Santos – Cuité/PB que estudam na modalidade de EJA no segundo semestre de 2016.

De acordo com os resultados obtidos e discutidos, evidenciamos que o perfil dos estudantes participantes da pesquisa, são sujeitos jovens e que estes podem estar se tornando uma categoria permanente na EJA. Percebemos também que os mesmos estão vivenciando a busca desenfreada por meios de sobrevivência propostos pelo sistema capitalista excludente e avaliam a EJA como uma alternativa de melhoria de condições de vida e um modo de ser inseridos no mercado de trabalho.

Observamos, que os processos educativos na EJA devem estar voltados não só apenas para o mundo do trabalho capitalista, pois constatamos que apesar de os educandos não terem conhecimento sobre o tema Economia Solidária, eles têm percepções ou já praticaram algum princípio do tema, como solidariedade, sustentabilidade e cooperação.

Práticas pedagógicas que envolvam o tema podem garantir a retomada da ética e das relações humanas; auxiliar no processo de desenvolvimento socioeconômico dos educandos da EJA; valorizar o educando e os seus saberes de vida e de trabalho; contribuir para uma formação integral, além de estar de acordo com as bases pedagógicas construídas a partir de uma educação popular e emancipatória.

Portanto, a aproximação entre os eixos investigativos Educação de Jovens e Adultos na escola formal e Economia Solidária pode se tornar uma nova possibilidade de formar uma relação entre a educação e o trabalho. E essa relação se concretiza na formação humana do sujeito, pois uma educação que procura desenvolver a autonomia intelectual, moral e social é uma educação comprometida com uma prática emancipatória e com um projeto democrático de sociedade.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. **As Relações Sociais na Escola e a Formação do Trabalhador**. In: FERRETI, Celso João; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita (Orgs.). *Trabalho, Formação e Currículo: para onde vai a escola?* São Paulo: Xamã, 1999. P. 13-41.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004. 223p.

BARRETO, V. (Coord). **Trabalhando com a educação de jovens e adultos: alunas e alunos da EJA**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

BASTIANE, Décia Maria de. **Perfil de desafios dos alunos da educação de jovens e adultos do município de Santa Helena – PR**. 2011.

BESERRA, Valesca; OLIVEIRA BARRETO, Maribel. **Trajetória Da Educação De Jovens E Adultos: Histórico No Brasil, Perspectivas Atuais e Conscientização Na Alfabetização De Adultos**. *Gadotti Barreto*, p. 164–190, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao>. Acesso em 04/04/2017.

BRASIL. **Lei 10.287 de 20 de setembro de 2001**. Altera dispositivo da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 2001. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10287.htm>. Acesso em 04/04/2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**: Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394>. Acesso em 04/04/2017.

CONAES. **I Conferência Nacional de Economia Solidária “Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento”**- Brasília 26 a 29 de junho de 2006 – Fundamentos da Economia Solidária.

Conferência Internacional sobre a educação de adultos. (Hamburgo, Alemanha): **Declaração de Hamburgo: agenda para o futuro**. Brasília: SESI/UNESCO, 1999. Disponível em: <www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a_Educacao/declaracao-dehamburgo-sobre-educacao-de-adultos.html>. Acesso em 08/04/2016.

CUNHA, Conceição Maria da. **Introdução – discutindo conceitos básicos**. In: SEED-MEC Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos. Brasília, 1999.

DRUMMOND, Sanyo e CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de. **Em busca de novas solidariedades: os empreendimentos da economia social em questão**. In: Sociedade e Estado / Departamento de Sociologia da UnB. Dádiva e solidariedades urbanas. Volume XVI número 1-2.

VIVIAN, Danise. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/105.pdf>. Acesso em 25/03/2017.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação de Adultos: algumas reflexões**. In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José (Orgs.). Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta. Cortez: Instituto Paulo Freire, 2006.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. 6. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; SOARES, Leôncio José Gomes. **História da alfabetização de adultos no Brasil**. In: ALBUQUERQUE, E. B.; LEAL, T.F. A

alfabetização de jovens e adultos: em uma perspectiva de letramento. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GARCIA, J. De V. MACHADO, T.; ZERO, M. A. **O PAPEL DO DOCENTE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**. Diálogos Pertinentes, v. 9, n. 1, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOODE, Willian J.; HATT, Paul K. **Métodos em Pesquisa Social**. 4a ed. São Paulo: Nacional, 1972.

IGBE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?indicador=1&i_d_pesquisa> Acesso em 28/03/2017.

LAKATUS, E. M. de A.; MARCONI, M. D. A. **Fundamento da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LOPES, S. P; SOUZA, L. S. **EJA: uma educação possível ou mera utopia**. Revista Alfabetização Solidária (Alfasol), v. 5, 2005.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing, planejamento, execução e análise**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1994, 2v.

MATTOS, Maria Isabel. **A educação de jovens e adultos: A motivação como fator de aprendizagem e inclusão social – Um estudo de caso sobre os alunos do ensino fundamental no centro de educação de jovens e adultos de Tubarão**. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Educação na Universidade do Sul de Santa Catarina. Disponível em <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 20 Fev.2017.

MÉSZÁROS, Istvan. **A Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOTA, Rosângela. **Aprendizagem do Adulto e Correspondentes Metodologias**. Campinas, São Paulo, 2009. PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. 5 ed. São Paulo: Loyola, 1987.

Parecer CNE/CEB 11/2000 – Homologado. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf> Acessado em: 02/05/2017.

PICANÇO, Iracy. **O trabalho como princípio educativo no processo de produção de uma “outra economia”**. In: TIRIBA, Lia; PICANÇO, Iracy (Orgs.). Trabalho e Educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. Aparecida/SP: Idéias & Letras, 2004. P. 19-32.

RIBEIRO, Marlene. **Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais**. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 28, nº 2, p. 113-128, 2002.

ROCCO, Gaetana Maria Jovino Di. **Educação de Adultos: Uma Contribuição para seu Estudo no Brasil**. São Paulo, Loyola, 1979.

SINGER, P. **A Economia Solidária como Ato Pedagógico**. In: KRUPPA, Sonia M. Portella (Org.). *Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: Inep, 2005. P. 13-20.

SINGER, P. **Economia solidária versus economia capitalista**, *Sociedade e Estado, Brasília*, vol.16, 2001.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

SOARES, Leôncio José Gomes. **A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais**. *Revista Presença Pedagógica*, v.2, nº11, Dimensão, set/out 1996

SOUZA, O. M. C. G. de, ALBERTO, M. de F. P. **Trabalho Precoce e processo de escolarização de crianças e adolescentes**. *Psicologia em estudo*. Maringá, v. 13, n. 4, p.